

# O FUTURO DO ESTATUTO DA CIDADE

## NOTA CONCEITUAL

### CONTEXTO

Em julho de 2021 serão comemorados os 20 anos do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 que estabeleceu as **diretrizes gerais para a política urbana no Brasil** que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo e do equilíbrio ambiental. Sua aprovação, em 2001, regulamentou os artigos 182 e 183 do capítulo sobre política urbana da Constituição Federal de 1988, sendo fruto de um amplo processo de mobilização social e negociação política e reconhecido internacionalmente como um esforço pioneiro para a construção de um marco regulatório mais adequado ao contexto urbano.

Neste sentido, a Lei estabelece diferentes instrumentos para implementação de suas diretrizes gerais pelos municípios. Tais instrumentos são considerados uma das principais inovações do Estatuto da Cidade, sendo alguns deles: gestão democrática, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; IPTU progressivo no tempo; usucapião especial; concessão de uso especial para fins de moradia; direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; operação urbana consorciada; e zona especial de interesse social (ZEIS). Alguns desses instrumentos advêm de experiências municipais anteriores que buscaram **implementar os princípios constitucionais na gestão urbana**, de modo que o Estatuto da Cidade respaldou avanços que já vinham sendo demandados e/ou colocados em prática em diversos municípios brasileiros.

Ao longo das últimas décadas, **diversos países se inspiraram no Estatuto como referência** para formular políticas urbanas e gerir bens públicos, por conta de sua qualidade técnica e jurídica. Também, municípios foram reconhecidos por suas capacidades inovadoras em propor modelos de participação e criar novos instrumentos. No entanto, existem dificuldades de ordem técnica, financeira, administrativa, ambiente político e fragilidades em estratégias de cooperação interfederativa que resultam na baixa implementação dos instrumentos urbanos apresentados nos Planos Diretores e demais legislações locais na grande maioria das municipalidades.

Visando abarcar os diferentes pontos de vista e identificar os elementos mais relevantes da Lei, instituições que possuem um papel central na agenda urbana brasileira se uniram para disseminar sua importância para os diversos grupos da sociedade e a nova geração da gestão pública, em comemoração aos 20 anos do Estatuto da Cidade. A parceria traz uma mensagem política sobre a relevância do Estatuto, defendendo sua ampla implementação e acreditando que a Lei pode ser utilizada para alcançarmos um desenvolvimento urbano sustentável nas cidades brasileiras, **sem deixar ninguém e nenhum lugar para trás**.

### OBJETIVOS

#### OBJETIVO GERAL

**Valorizar e promover o potencial do Estatuto da Cidade para um desenvolvimento urbano sustentável**, pautar os principais entraves de sua plena implementação e reconhecer experiências de implementação bem-sucedidas ao longo dos últimos 20 anos como forma de qualificar reflexões sobre sua importância como **ferramenta capaz de responder aos desafios atuais de forma alinhada com as agendas globais**.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Dar visibilidade ao Estatuto da Cidade como marco legal inovador, atual e capaz de promover mudanças efetivas e alinhadas com as agendas globais de desenvolvimento urbano sustentável;

- Debater os desafios e possibilidades do Estatuto da Cidade para os próximos anos, considerando o atual contexto de mudanças locais, regionais, nacionais e globais;
- Divulgar experiências bem-sucedidas de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e que apresentem possibilidades concretas para a diversidade de realidades municipais no Brasil;
- Promover o uso do Estatuto da Cidade e seus instrumentos como referência para a gestão pública e política urbana por meio do engajamento de atores estratégicos, especialmente gestores municipais;
- Debater os desafios e possibilidades do Estatuto da Cidade para os próximos anos.

## AÇÕES

### Ação 1: Carta aberta “O Futuro do Estatuto da Cidade”

Elaboração conjunta de uma carta aberta a ser publicada em julho, com o intuito de comemorar os 20 anos do Estatuto da Cidade, revisar princípios, diretrizes e instrumentos, apontar os desafios enfrentados para sua efetivação nos últimos anos e recomendar novas perspectivas considerando as agendas de desenvolvimento em curso e o contexto urbano pós-pandemia. A publicação do documento busca divulgar a iniciativa conjunta e agregar novos atores interessados no apoio, debate e avanço de sua implementação efetiva.

### Ação 2: Plataforma “O Estatuto da Cidade é possível!”

Criação de uma plataforma online que funcionará como um repositório de boas práticas. O intuito é divulgar e dar visibilidade a experiências bem-sucedidas de aplicação do Estatuto da Cidade, para que se tornem referência e estímulo para pesquisa e novos casos. As experiências serão selecionadas a partir de uma Chamada Pública e englobarão iniciativas na escala local, municipal, regional e nacional.

### Ação 3: Seminário “O Futuro do Estatuto da Cidade”

Na semana do aniversário de 20 anos do Estatuto da Cidade, nos dias 7 e 8 de julho, das 17h às 20h (horário de Brasília), será realizado um seminário com dois encontros para apresentar a carta aberta, debater as dificuldades para a efetivação da Lei nos municípios brasileiros, além de identificar oportunidades para as atuais gestões e expectativas para os próximos anos. Neste sentido, a participação de atores de diferentes setores é essencial para o debate, entre eles: membros do judiciário e legislativo, planejadores urbanos, gestores públicos, formuladores de políticas públicas, acadêmicos, movimentos sociais e sociedade civil.

### Ação 4: Estatuto da Cidade no Circuito Urbano 2021

No âmbito do Circuito Urbano, realizado pelo ONU-Habitat no Brasil em comemoração ao Outubro Urbano, será realizado um evento conjunto que abordará o papel da legislação urbana e a importância do Estatuto da Cidade no combate à vulnerabilidade socioambiental e os impactos das mudanças climáticas nas cidades. O Outubro Urbano 2021 promoverá a agenda de ação climática, com o tema "Acelerando a ação urbana para um mundo livre de carbono" no Dia Mundial do Habitat, e "Adaptando cidades para a resiliência climática", no Dia Mundial das Cidades.

## ORGANIZAÇÕES INTEGRANTES

- Cities Alliance
- Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- Cooperação Internacional Alemã - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)
- Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)
- Universidade Nove de Julho (Uninove)